

Significações nacionais de expressões locais: educação, mídia e região no Brasil

Maria Érica de Oliveira Lima*
Sebastião Guilherme Albano da Costa**

Resumo

Este artigo está embasado em premissas da modernidade latino-americana. Não obstante, sua ideia principal diz respeito à regularidade de motivos regionais na composição da imaginação nacional surgida com a ascensão dos processos de industrialização e da cultura no Brasil do século XX. Se forem analisadas peculiaridades históricas, tal como o embate entre forças regionais e federais na constituição do estado, os ciclos econômicos que levaram à alternância na hegemonia econômica nacional, ações políticas, etc. se perceberá que a indústria cultural e seu caráter transnacional tiveram uma matéria-prima histórica e já sistematizada pelas Ciências Sociais e reconfigurada pela Comunicação, as quais puderam adaptar os estímulos expressivos regionais aos suportes e às especificidades cognitivas que a caracterizam. Em uma leitura epistemológica e conceitual, apresenta-se o estudo sob o prisma da identidade cultural, localismo, proximidade, regionalização, nacionalização, espacialização e territorialização; o artigo é resultado de uma pesquisa qualitativa, cujos métodos dedutivo, dialético e observacional estão representados nas técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Palavras-chave: Ciências da Comunicação e Sociais. Território. Espacialização. Identidade cultural. Proximidade.

* Professora adjunta do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Doutora em Comunicação Social pela Umesp e *sandwich* UFP, Porto (Portugal), como bolsista do Programa Alþan; pesquisadora da Base Comunicação, Cultura e Mídia (Comídia); Av. Antonio Basílio, 2.977, ap. 703, Lagoa Nova, 59054-380, Natal, RN; mariaerica@cchla.ufrn.br

** Professor adjunto do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Doutor em Comunicação Social pela Universidade de Brasília, com *sandwich* na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e na University of Texas at San Antonio (UTSA); pesquisador do Gemini: Estudos da Mídia e do grupo *Cultura e novas tecnologias na América Latina*, da Intercom; sgac@ufrnet.br

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é um compêndio de um trabalho mais vultoso e ensaístico sobre os processos de formação do pensamento sobre a cultura nacional brasileira, com ênfase na produção de sentido efetuada pela circulação dos *mass media* e dos discursos que os legitimaram durante o século XX. Naquela proposta, tratou-se da dinâmica de ascensão de séries simbólicas e cognitivas relacionadas às representações literárias, cinematográficas e musicais, cujos modelos são a idealização da vida cotidiana, a iconografia e os ritmos musicais provenientes da região nordeste do Brasil. Como se considerou também seu intercâmbio com os enunciados que compõem os grandes temas das Ciências Humanas e Sociais, aqui se lançou mão de simplificações que pudessem dar conta desse fluxo, resumindo digressões e ponderações a noções como identidade cultural, representação, territorialização, redução estrutural e conceitos como localismo e proximidade, entre outros em que se tratou apenas de indicar as matrizes e tangenciar o processo. Para tanto, o método parte da descrição sucinta das primeiras políticas culturais realizadas no âmbito do Estado nacional, passa pela questão da cultura brasileira e chega à ascensão da mídia como ator importante de transmissão de informação e conhecimento e de reformulação e atualização do regime de representações.

2 MOMENTOS DECISIVOS: ESTADO NACIONAL, EDUCAÇÃO E ASCENSÃO DA MÍDIA NO BRASIL

O tema da representação e sua relação com a formação de identidades (HALL, 2003, p. 28) é crucial; para levar essa reflexão a bom termo, começa-se com um esboço das primeiras iniciativas do estado brasileiro de configurar uma nacionalidade; a fim de cultivar o campo do futuro regime representativo, tema que será tratado mais adiante. Quando se estudam as formações da cultura, uma das séries mais solicitadas pelos pesquisadores é a de cultura nacional. Nos termos de Batalla, essa categoria encerra uma posição assimétrica entre duas culturas, uma própria e outra imposta, fato que sugere a necessidade de um controle cultural, “[...] *la capacidad de decisión sobre los elementos culturales*” (BA-

TALLA, 1997, p. 49), que não deve ser relegada quando se executa um exame (ALTHUSSER, 1968; GRAMSCI, 1975). Ademais, nenhum país da América Latina consegue, observada as diferentes proporções dos desafios, descrever os mecanismos de produção e reprodução de tradições culturais que se enlaçam em seu interior e delimitá-los a um só *ethos* nacional. No século XX, as forças econômicas da indústria cultural em várias ocasiões tomaram o controle dessa tarefa e se tornaram um ator importante na representação das culturas nacionais ou, em todo caso, de sua versão globalizada. As estruturas de preparação do cidadão para a vida nacional começaram a depender menos da ação do Estado, que teve de compartilhar a tarefa com o capital internacional por trás da ascensão dos meios de comunicação, que se tornaram um formador de opinião hegemônico. Nesse sentido, Gramsci (2001, p. 399) afirma que:

Toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma região, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo nacional, continental, internacional, mundial, entre conjunto de civilizações nacionais, continentais, mundiais.

Uma política cultural supõe uma série de prerrogativas que vão do que um grupo entende em teoria como cultura, até a circunstância específica em que se aplicam ações afirmativas, com o objetivo de garantir a sobrevivência das tradições materiais e simbólicas de uma comunidade. Com respeito à América Latina e, especificamente, ao Brasil, ao se consolidar uma consciência de sua especificidade cultural e, conseqüentemente, ao se pensar em uma política para sua manutenção, incentivo e divulgação, sempre se concluiu um exercício de discernimento que acabou por inscrever sob o mesmo programa de ação um *corpus* reduzido, mas heterodoxo de manifestações tradicionais. No século XIX houve prioridade, ao menos com o advento da República, ao letramento da população, embora a ênfase fosse ainda o estudo superior, concentrado em poucas instâncias, como foram as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia e de Direito de Olinda (depois Recife) e São Paulo. No século XX, os interesses multiplicaram-se, tornando-se premente a conformação de um mercado interno de consumo.

Nas constituições de 1824 e 1891, o erário provincial e depois estatal mantinha as primeiras letras e o ensino secundário. Isso supunha dois corolários:

primeiro, que o governo Federal estaria encarregado da formação das elites políticas e os estaduais e municipais da formação da população em geral; segundo, que sendo proibido o voto aos analfabetos até 1985 no Brasil, quando passou a ser facultativo, os estados da federação que concentravam menor arrecadação fiscal, isto é, os que estivessem em desproporção econômica com a média nacional, tinham menos recursos para o investimento na educação, menos letrados e, certamente, menos participação política, como ocorreu com os estados do nordeste, inclusive com Pernambuco e Bahia.

Em qualquer das modalidades, a do século XIX e do XX, nesta parte do mundo os padrões que consignam as prioridades de representação cultural são árduos de serem estabelecidos, mas sempre estão associados, primeiro, a uma apropriação mais ou menos reflexiva dos parâmetros da modernização política e econômica do mundo ocidental pelos atores sociais de maior mobilidade, ao mesmo tempo que implica um exercício de autorreflexão, tendo em vista a necessidade de incorporar setores mais tradicionais e autóctones nesse processo. Em ambos os casos, a ideia de arregimentação instrumental é patente, primeira para cumprir com o projeto de formação do Estado e da nação, depois com o fim de consignar a imaginação já mais ou menos homogênea aos parâmetros de relação que impunham os meios de comunicação, em concordância com a criação de um mercado consumidor interno.

Não obstante, importa comentar que o caráter transnacional ou desarraigado dos meios, consoante à formação cultural internacionalista dos seus promotores, concentrados no sul do país, também favoreceu a que os fenômenos mais plásticos dos folclores regionais ganhassem maior projeção do que os intimistas. Para exemplificar, basta recordar que já em meados do século XX, o samba baiano e carioca, mais os ritmos e a iconografia embasada nas intempéries climáticas e humanas que assolavam o Nordeste reuniram-se ou tomaram o lugar do índio amazônico, da religiosidade e das relações urbanas cariocas e até paulistas retratadas pelos romances, pelo teatro e pelas artes plásticas dos cem anos precedentes.

Resulta mesmo revelador o fato de que no audiovisual, como antes nos romances, apenas couberam nos suportes discursivos as formas mais maleáveis do que se considerava cultura popular, isto é, as formas que melhor haviam negociado com o sistema de nacionalização em que os romancistas estavam inseridos e

que depois melhor puderam se adaptar ao sistema de reprodução técnica, quase que por definição desenraizado do meio audiovisual, mas que em princípio buscou a territorialização para se consolidar. Desse *corpus*, todavia, os resultados mais vigorosos foram os que mantiveram certa especificidade dentro e fora do compósito discursivo e, ao mesmo tempo, engendraram novas funções no quadro simbólico local.

Com a formação do estado depois da independência, a criação de políticas culturais no Brasil e em toda a América Latina esteve caracterizada pela maneira como o Estado, carecendo de simbologia nacional para seguir com o programa moderno, apropriou-se de estruturas institucionais universalistas, a fim de organizar uma sociedade embasada em relatividades culturais arraigadas. Como se sabe, a rigor, aqui o Estado veio antes que a nação (CASTAÑEDA, 1993), destarte, o movimento seletivo de legitimação cultural redundou em uma verdadeira instituição dos significados, fato que se maximiza quando se percebe que muitos dos elementos que se consideram tradicionais na atualidade têm história recente e uma origem inventada (HOBSBAWM; RANGER, 1992). A relevância da assertiva cresce também quando se percebe que o cinema, o rádio e a televisão priorizaram a representação de tipos físicos, sociais e paisagísticos que corroboravam um pendor pela focalização do *pathos*, já insinuado com o romance do dezenove, notadamente com José de Alencar e, nesse caso, também com Franklin Távora. O efeito tornou-se uma espécie de naturalização da iconografia do nordeste, por exemplo, por intermédio dos interesses do sul, suscitando de fato uma nacionalização das representações do Brasil a partir de uma pré-fabricada imaginação nordestina.

A história das políticas culturais na América Latina pode ser traçada a partir da colonização e da criação das universidades, centros educacionais ou instâncias de disseminação de conteúdos necessários para o equilíbrio da administração pública. Dada a associação entre igreja e estado dos séculos XV ao XVIII, em geral as escolas criadas aqui mantinham cursos de Filosofia (Teologia), de Direito canônico e Direito civil, Medicina e Artes. A existência de máquinas de imprensa desde o início da colonização em algumas áreas da América supõe o *status* outorgado pela metrópole à colônia e encerrava em si o estilo de colonização. A Inglaterra e Portugal, por exemplo, não criaram universidades em suas propriedades, ao passo que a Espanha, desde 1538, fundou a Universidad de

Santo Domingo, na ilha La Hispaniola, em cujo território atualmente estão o Haiti e a República Dominicana. Em 1551, foram criadas as instituições mais importantes, a Real Universidad de México e a Universidad de San Marcos de Lima, financiadas diretamente pela coroa de Castela. No México, ademais, o primeiro bispo da Nova Espanha, Frei Juan de Zumáraga, e o vice-rei Dom Antonio de Mendoza fizeram as gestões necessárias para que fosse introduzida a imprensa na região e mesmo havendo um estrito controle dos conteúdos reproduzidos, propiciava o meio de disseminação do conhecimento.

No Brasil, a primeira instituição educativa foi construída pelos jesuítas na Bahia em 1550, mas como as 17 posteriores, não tiveram designação de universidade, muito embora em algumas delas houvesse cursos superiores de Artes e Teologia. Com o traslado da coroa portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, Dom João VI trouxe consigo cerca de onze mil cortesãos, muitos alfabetizados, parte do acervo da Biblioteca Nacional e uma máquina de imprensa. Ao chegar, criou escolas de educação superior, isto é, as faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, e as faculdades de Direito de São Paulo e Olinda. A primeira universidade brasileira foi construída em Manaus, capital do estado do Amazonas, em 1909, e financiada por grupos privados beneficiados pelo auge da borracha na região. A mais importante e duradoura instituição de educação foi fundada no Rio de Janeiro em 1920, e obrigada a mudar de nome em diversas ocasiões. De outro lado, o conde da Barca, ministro de Dom João, fundou em 10 de setembro de 1808 a Gazeta do Rio de Janeiro, uma folha colaboracionista que servia como contrapartida ao Correio Braziliense, considerado o primeiro jornal brasileiro, editado em Londres por Hipólito da Costa, um degredado contrário à monarquia.

De acordo com a tese de Rama (1984), os incentivos à cultura na região sempre foram dirigidos e resguardados por certa parcela da população que ele situou na chamada *ciudad letrada*, em geral habitada pelos peninsulares ou *criollos* que até os primeiros decênios do século XIX reproduziram aqui a visão de mundo europeia. Não é um excesso afirmar que as zonas urbanas são o espaço natural de produção das manifestações culturais de maior prestígio (teatro, literatura), de vez que é ali onde são administrados os assuntos políticos, econômicos e jurídicos do Estado e da sociedade, o que implica um registro escrito dessas relações (leis, informes, memorandos, etc.) e um exercício de gestão que favorece a habilidade reflexiva. Na América Latina redundou em que tal espaço teve grande re-

levância comparado com o campo, em que a oralidade, as práticas artesanais e as festas religiosas compunham o panorama do que se conhecia como cultura. Esse poder dos signos citadinos e, porque não dizer, cosmopolitas entre os brasileiros se reforça com a industrialização no século XX e com as hordas de imigrantes do sertão do Nordeste vindas a São Paulo e ao Rio de Janeiro e a consequente reelaboração dos conteúdos de suas tradições folclóricas, da vida cotidiana e sua adequação aos gêneros discursivos dos meios (do romance às telenovelas) e, em virtude da penetração desses formatos na sociedade, à nacionalização desses conteúdos. Antes, a disjuntiva entre cidade e campo foi radicalmente representada na Argentina por Domingo Faustino Sarmiento em *Civilización y barbarie: Vida de Juan Facundo Quiroga*, 1845, uma glosa do imaginário pós-colonial da região.

Para constatar o caráter rural e a vocação agrícola do país, pode evocar dois argumentos já verificados. O primeiro diz respeito à falta de disposição das elites locais para mudar o sistema de produção brasileiro, baseado no latifúndio, trabalho escravo e monocultura. As mudanças necessárias para uma modernização efetiva não ocorreram nem sequer com a Independência política do Brasil de Portugal, considerada mais um acordo de cavalheiros do que uma ruptura, algo patente na permanência de um herdeiro do trono lusitano à frente do Estado. O segundo refere-se a que pouco antes da vinda de Dom João VI para o Brasil, havia apenas cinco cidades com mais de cinco mil habitantes: Rio de Janeiro (50.000), Salvador (45.000), Recife (30.000), São Luiz do Maranhão (22.000) e São Paulo (15.000); todas eram porto, exceto São Paulo, considerado “boca do sertão” (COSTA, 1977, p. 180). Esses números são significativos se forem confrontados com o 2,8 milhões de brasileiros existentes, o que traz a conclusão que a maioria da população, cerca de 95%, vivia mesmo no campo e que os núcleos urbanos aqui tiveram uma função meramente comercial, e “[...] havia pouco lugar para instrução e cultura.” (COSTA, 1977, p. 183). Até meados do século XIX essa situação, assim observada, prossegue sem mudanças (SANTOS, 1993, p. 20). Como diz Costa (1977, p. 181):

O uso de mão de obra escrava, a autossuficiência do latifúndio, o baixo padrão de vida do trabalhador livre, restringiam a expansão do mercado interno, inibindo o desenvolvimento do artesanato, das manufaturas e do comércio interno, limitando as forças urbanas.

Vendo a questão por outro ângulo, percebe-se que em princípios do século XX, apenas três cidades contavam com mais de cem mil habitantes: Rio de Janeiro (274.972), Salvador (129.109) e Recife (116.671). Cabe o comentário, que em 1940, o índice de população urbana no Brasil era aproximadamente 25% (SANTOS, 1993, p. 29). A despeito dessa situação, em 1940, quando a população brasileira alcançava 41 milhões de pessoas, o Nordeste contava com uma taxa de urbanização de 23,4%, apenas acima do Centro-Oeste. O Sudeste, de outro lado, a taxa era de 39,4%.

Seguindo nesse fenômeno de apropriação/territorialização, cabe mencionar que logo após as revoluções de Independência e conforme avançava a construção das estruturas do Estado, o espaço mítico da urbanidade em que as ideias eram discutidas e cotejadas teve de se estender; cresceu com a chegada dos imigrantes do campo às cidades, o transporte dos valores de um lugar a outro e o conseqüente processo de aclimação. As manifestações da cultura popular foram integradas ao espectro oficial de representações da nação formada havia pouco como uma estratégia mais ou menos inconsciente, em especial na segunda metade do século XIX, para apoiar o componente anti-ibérico entre os americanos que falavam português ou castelhano, o que estimulou a descolonização das mentalidades em favor da formação de um quadro de referências próprias. Os valores aristocráticos atribuídos (COSTA, 1977, p. 184) às cidades, em pouco tempo tiveram de conviver com valores rurais e agrícolas, possivelmente valores plebeus ou, na denominação republicana, valores populares. Segundo Rama (1984, p. 142):

[...] fue abonada, más que por los discursos de los intelectuales que capitanearon la ola, por la emergencia a la aceptación pública, ya sin vergüenza, y con respaldo oficial, de las culturas populares que si bien existían desde hacía mucho tiempo y eran el patrimonio de los más, no habían sido reconocidas como válidas, ni desde luego, apoyadas para facilitar su expansión.

Desse período é a segunda onda de migração interna, ou de tráfico interprovincial, e também externa no Brasil independente que durante a ascensão da atividade mineira, no século XVIII, atraíram-se alguns estrangeiros e grande quantidade de escravos para a região das Minas Gerais. Posteriormente, entre

100 e 200 mil escravos nordestinos, alguns ociosos com o declínio da atividade açucareira e os baixos preços do algodão, mas ainda com alto valor de troca em razão da cessação do tráfico negreiro em 1850 (Lei Eusébio de Queirós), e muitos amedrontados com a grande estiagem de 1877-1879 no sertão, deslocaram-se para trabalhar nas lavouras de café próximas às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (MELLO, 1999, p. 36). Dessa feita, foram substituídos os negros mais idosos que deixavam a mão de obra para apoiar os estrangeiros que também migravam, especialmente italianos, portugueses e espanhóis. Cabe reiterar, que a massa de nordestinos que foi para o Sul inicialmente compreendia negros escravos e não sertanejos (brancos, negros, mulatos, caboclos, mamelucos, etc.) como ocorreria futuramente.

Para coincidir com sua opinião basta analisar os casos do romantismo indianista desenvolvido no Brasil, e mesmo de Domingo Faustino Sarmiento na Argentina, importante adversário político do ditador Juan Manuel Rosas (1829-1832 e 1835-1852). Embora ainda exista nessa situação uma desproporção entre formas, conteúdos e público difícil de ser franqueada, as obras desse período buscavam incorporar em definitivo os segmentos menos privilegiados nas estruturas de acesso cultural do estado, antes do advento dos *mass media*. Ortiz (1994), por exemplo, recorda que as obras do romantismo que visavam a conformar uma imaginação nacional, encontravam-se com entraves para se solidificarem, primeiro porque tinham um público reduzido em uma sociedade de iletrados, depois porque excluía o homem negro do cenário de representação, um componente importante da constituição étnica e social do Brasil.

O movimento romântico tentou construir um Ser nacional; no entanto, faltaram-lhe condições sociais que lhe possibilitassem discutir de forma mais abrangente a problemática proposta. Por exemplo, o *Guarani* é um livro restritivo. (ORTIZ, 1994, p. 37).

De qualquer maneira, essa orquestração oficial deficitária foi a que incidiu na promoção cultural posterior e, principalmente, no século XX no Brasil, e isso em um contexto em que se empreendia a tarefa da industrialização, ocasionando o contraponto do atraso econômico do campo, por exemplo, com efeitos deletérios para as comunidades que não conseguiram integrar o novo esquema, entre elas os negros e os indígenas, associadas ao diletantismo e à insolência pelas te-

orias positivistas do século XIX, e dos nordestinos, outro contingente humano em desvantagem perante o modelo de sociedade que se formava. Nesse último caso, Mello (1999) recorda os motivos da constante desclassificação das províncias do Norte do Brasil em relação às do Sul.

Desde o século XIX, talvez depois da “crise do norte” que, segundo Mello (1999, p. 16) “[...] praticamente eliminou o açúcar e o algodão nortista do mercado internacional”, houve mesmo uma publicidade de juízos negativos acerca da região, resultando inclusive a que se chamasse o período, a partir de 1870, de a era da diferenciação regional. A situação de distinção tendenciosa entre o Sul e o Norte tomou tal vulto que no ano da abolição dos escravos Joaquim Nabuco constatou a existência de “dois Brasis”, e isso em um período em que as forças políticas da região tinham maior participação nos gabinetes do Império. O censo de 1872 revelou que as províncias do Norte e do Sul tinham basicamente o mesmo contingente populacional, 4.761 e 4.768 milhões, respectivamente. Mesmo assim, entre 1868 e 1869, por exemplo, dos quatorze ministérios instaurados, “a Bahia dará 26 membros (mais de 20% do total do período); Pernambuco, 12; Maranhão, 6; Piauí, 5; Ceará, 4; Paraíba, 4; Alagoas, 3, em um total de 60 ministros nortistas contra 53 das províncias do sul.” (MELLO, 1999, p. 19). Mais intrigante ainda é a conclusão da leitura das estatísticas que indicam que dos recrutados para a Guerra do Paraguai, por exemplo, havia cerca de 5.648 mil soldados cearenses e Minas, com o triplo da população, enviara 4.070 mil (MELLO, 1999, p. 34).

De acordo com um documento publicado pelo Memorial do Imigrante, de São Paulo, em 1923 houve um recrudescimento do fluxo de nordestinos para São Paulo. Em 1935, durante o governo de Armando Salles de Oliveira, decidiu-se estimular oficialmente a vinda de nordestinos para o estado, com o objetivo de suprir a lavoura de mão de obra. Por iniciativa do governador, criou-se o sistema de contratos com companhias particulares, como havia ocorrido antes com os estrangeiros, para a introdução de trabalhadores brasileiros. No contrato constava o custeio de passagem e bagagem, mais um salário para a família. Em 1939, criou-se a Inspeção de Trabalhadores Migrantes, com a finalidade de substituir as firmas particulares. Com estímulos do governo, as entradas passaram a ser maciças, atingindo em 1939 a casa dos 100 mil. Entre 1941 e 1949 encaminharam-se à lavoura 399.937 trabalhadores procedentes de outros estados; mais de 100.000 provenientes do Nordeste.

Nos decênios de 1950 e 1960 verifica-se também crescimento, mas o destino não seria mais a lavoura, e sim as fábricas que se proliferavam no estado de São Paulo. A migração em 1950 apresentava o seguinte quadro: Minas Gerais contribuiu com quase 50% do fluxo; Bahia com 17,56% do fluxo. Somente esses dois estados representavam 65,04% do total de imigrantes. Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba, Piauí, Sergipe e Rio Grande do Norte representavam cerca de 15% (MIGRANTE, 2009). De acordo com Cano (1998), São Paulo concentra 40% dos migrantes nacionais, 54% deles nordestinos. As grandes secas do Nordeste entre 1931 e 1932 detonaram uma série de altas migratórias em direção a São Paulo. Dos 14,3% de emigrantes nacionais no estado em 1960, 32% eram nordestinos. Já entre 1980 e 1991, dos quase um milhão de migrantes que entraram em São Paulo, 67% eram do Nordeste (CANO, 1998, p. 335-342).

No Brasil, a implementação das primeiras políticas culturais do século XX, foi iniciada por Mário de Andrade em São Paulo e Gustavo Capanema em âmbito nacional, e esteve marcada, ao menos no caso desse último, por uma espécie de romantismo compensatório, tardio e renovado, promovido por um estado que se encontrava na encruzilhada de ter de se integrar à nova ordem das relações internacionais sem sacrifício de sua soberania. O deslocamento da raça pela cultura, como categoria de análise nas Ciências Humanas e Sociais, proporcionou um lastro de legitimidade para se valorizar a mestiçagem generalizada em que a sociedade estava assentada. Na escala das políticas culturais, mais necessárias do que nunca para a unidade social, essas novas relações foram traduzidas em manobras, cujas origens podiam mesmo ter um legítimo desejo de desenvolver o patrimônio humano nacional, mesmo que a gesticulação excessiva conotasse uma urgência de autoafirmação. Como disse Franco (1970, p. 84), “[...] *the elite now sought, in folk culture, in the indigenous people and the environment, the values they had previously accepted from Europe.*” O *Manifesto regionalista*, de 1926, escrito por Gilberto Freyre, foi a confirmação desse avanço do popular e tradicional sobre as formas de manifestação cultural que se anunciavam com os meios. A despeito de ser escrito como uma reação ao modernismo paulista, ele também atualizava, com outros argumentos, o regime de representação do Brasil.

O apoio incondicional à ideia de construção de valores culturais que servissem para a redenção do país foi a marca dos mandatos de Mário de Andrade, no Departamento Municipal de Cultura de São Paulo e de Gustavo Capanema,

no Ministério da Educação. Este era um intelectual mineiro do mesmo grupo de Carlos Drummond de Andrade, cuja carreira na política começara em meados de 1920 como vereador da pequena cidade de Pitangui; em 1930 havia sido nomeado secretário do Interior no governo do estado, e em 1934 atuaria como ministro da Educação de Getúlio Vargas, posto que ocuparia até 1945. Francisco Campos, o futuro mentor da Constituição do Estado Novo, redigida e promulgada em 1937, foi uma de suas inspirações políticas. A outra foi Alceu Amoroso Lima, “o intelectual reacionário” que propugnava uma educação privada e assentada em bases cristãs.

A fundação das primeiras grandes universidades laicas brasileiras, em meados do decênio de 1930, a Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal, ambas sob a égide de Anísio Teixeira e do governo federal, seriam ações pontuais do mandato de Gustavo Capanema que, em alguns casos, como a Universidade do Distrito Federal, seria fechada anos depois por ordem do mesmo ministro, que começou a ver nelas um celeiro de ideias comunistas. Inclusive, há quem atribua o êxito da Universidade de São Paulo ao fato de que sua “implantação [...] ocorreu numa conjuntura política de transição, quando a burocracia estatal ainda não havia imposto sua hegemonia nesse campo.” (MICELI, 2001, p. 497). Em 1940 seriam fundadas as primeiras universidades católicas do país as Pontifícias Universidades Católicas (PUCs), igualmente com anuência oficial.

Certamente, o marco institucional para a adoção de ações positivas no que concerne à alfabetização e ao fomento à cultura, foi a criação do Conselho Nacional de Educação, em 1931, e a Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, ambos sob a jurisprudência do Ministério da Educação e Saúde Pública, que depois se tornaria Ministério da Educação e Cultura. Enquanto o Conselho Nacional de Educação durou apenas seis anos (1931-1937), o SPHAN mantém-se até os dias atuais, embora haja passado ao estatuto de Instituto (IPHAN), em 1979. Segundo Miceli (2001, p. 498), esse órgão constituiu-se como um refrigerio da cultura oficial, uma vez que, mesmo sob a égide de um regime autoritário, “[...] a própria natureza das atividades a cargo do SPHAN contribuiu para que a agência fosse conquistando crescente autonomia de operação e gestão.” Mesmo assim, antes da Revolução de 1930, o movimento modernista havia auspiciado a incorporação de elementos consi-

derados tipicamente nacionais ao estatuto de representáveis, como as heranças negras e indígenas no complexo cultural brasileiro, ainda que tenha sido o viés nordestino que haja se firmado com o advento da mídia.

A partir da metade do século XX, os ministérios da Educação da América Latina tornaram-se coadjuvantes das políticas articuladas em crescente diálogo com outras instâncias do sistema, o que impôs uma dinâmica compartilhada com a indústria cultural. Não obstante, os programas que Gustavo Capanema levou adiante no Brasil e os modelos que ele incentivou ecoam hoje em dia nas manifestações expressivas da chamada cultura de massa, em que se encontram parâmetros estéticos decididos nos primeiros anos do século, fato que revela a influência de suas propostas, mas também uma espécie de coincidência estratégica, já que na atualidade os meios parecem aproveitar o que já foi sagrado como eficiente.

As disputas entre os grupos de poder depois de 1930 podem ser advertidas nas tomadas de posição dos integrantes paulistas do movimento modernista de 1922. Mesmo sendo São Paulo o estado derrotado na Revolução, em favor de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, e dos estados nordestinos, seguiu como importante polo cultural e locomotora econômica do Brasil. Até 1934, por exemplo, é no interior das rinhas entre os intelectuais filiados ao Partido Democrático e ao Partido Republicano Paulista, onde se pode intuir como estava organizada a vida cultural no Brasil até o período. Os integrantes do Partido Democrata, no qual atuava Mário de Andrade, viam por bem manter apartadas sua posição política de suas obras literárias, ao passo que o grupo dos politizados de direita ou de esquerda, Plínio Salgado e Oswald de Andrade, filiados ao Partido Republicano Paulista, assumiam uma literatura comprometida, que derivou em revistas e manifestos como o *Pau-Brasil*, o *Verde e Amarelo* e *Anta*.

O curioso é que em todos os grupos, de direita, esquerda ou os *artepuristas*, o nacionalismo cifrado na iconografia regionalista e nas tradições folclóricas foi uma matéria-prima comum. Sem embargo, se antes de 1930 os paulistas mantinham certa prevalência em virtude de sua grandeza econômica, pelo que os grupos do modernismo podiam inventar e reinventar referências particulares, depois da Revolução de outubro, como foi dito, ainda que a influência paulista se mantivesse, especialmente em relação à produção dos cientistas sociais formados pela USP, os nordestinos tornaram-se os grandes sintetizadores das grande-

zas e mazelas do país, e sua literatura realista, social, localista ganhou o estatuto de ser uma espécie de metonímia da expressividade nacional.

Para fins do decênio de 1930, os romances prediletos dos leitores brasileiros, afora as obras realizadas para o público feminino (nas coleções *Menina e Moça*, da José Olympio, ou a Biblioteca das cenourinhas, da Empresa Editora Brasileira etc.), “[...] se enquadrava nos moldes do romance social” (MICELI, 2001, p. 155), e os autores diletos eram já *Ciro dos Anjos*, *Raquel de Queiroz* e *Graciliano Ramos*. Não obstante, eles obtiveram pouco apoio oficial, que foi endereçado aos intelectuais orgânicos do grupo de *Plínio Salgado* e, depois do decreto do Estado Novo, agruparam-se em torno da revista *Cultura Política* e do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). De qualquer maneira, como a rubrica editorial penetrasse cada vez mais no campo cultural brasileiro, e o romance desbancasse a poesia no gosto, os escritores “[...] só puderam solidificar sua posição no mercado graças à boa acolhida do público e da crítica, e não apenas como resultado de sua atuação política ou de momentâneas sintonias doutrinárias.” (MICELI, 2001, p. 162).

3 FEDERALISMO E AS POSIÇÕES REGIONALISTAS

No Brasil, a questão do federalismo adotado desde a primeira Constituição, 1824, isto é, da parcela de autonomia que cabe aos estados diante da administração central, sempre foi objeto de discussão. Com o fim da influência econômica nordestina, na passagem dos séculos XVIII para o XIX, e das relações sociais que a circunstância declinante acarreta, a representação mais consistente que se tem do Nordeste e de sua relação com a modernidade em ascensão está nas obras de seus cientistas sociais e de seus poetas e ficcionistas. Em princípio, toda reação do Nordeste a uma elaboração cultural de vulto nacional tem um cunho aparentemente conservador, como no caso de *Gilberto Freyre* e o estudo *Casa Grande e Senzala*, 1933, sem embargo o fato de haver dinamismo regional no interior do Brasil que ventile as discussões sobre a cultura em um dado de libertação dos padrões aqui acolhidos dos centros mundiais de produção de ideias. E mesmo o errático estudo de Freyre, esquarterjado pela esquerda, teve o valor de colocar as matrizes mais visíveis da cultura brasileira como protagonistas da história. As

obras literárias, sob foco sociológico, também devem ser assim observadas, bem como os filmes. Na produção midiática, esse viés conservador salta à vista, aí, então, instaura-se uma ideologia da cultura nacional (MOTA, 2008).

Em verdade, devido aos constantes embates entre as diferentes regiões em relação às medidas adotadas pelo governo executivo federal, no Brasil houve uma tendência em se cultivar um tipo de sentimento nacionalista dentro de cada região, ciosa de suas tradições, o que no plano da ficção fica claro desde a obra panorâmica de José de Alencar até os ciclos regionais de cinema. O caso nordestino torna-se exemplar ao serem observadas as muitas reações políticas ocorridas na região desde antes da Independência¹ até o *Manifesto Regionalista*, em 1926, de Gilberto Freyre, claro protesto ao regionalismo elaborado na rua Augusta pelos modernistas e um panegírico às tradições nordestinas, selecionadas segundo a ótica do sociólogo. De qualquer maneira, a complexidade no fenômeno dinâmico das hegemonias simbólicas no Brasil é inabarcável, podem ser considerados dois pontos, especialmente na questão do avanço das marcas regionais sobre as expressões da indústria cultural, elaboradas nos centros econômicos do país, e, como consequência, na questão da mimese, isto é, como o regionalismo formula uma unidade simbólica que funciona como representação de uma dimensão específica da nacionalidade brasileira.

Como Candido (2000, p. 113), acredita-se que “[...] nosso nacionalismo foi antes forjado em posições regionalistas.” Deve-se recordar que entre os artistas e formadores de opinião, as dissidências ocorreriam por motivos relacionados com a codificação dos significados, o que era questionado, sobretudo, pelos escritores. Os nacionalistas mais engajados, solidários com os programas oficiais, incorriam em um trabalho artístico, cujo conteúdo era negociado antecipadamente, pelo que os resultados de suas obras eram sempre bastante previsíveis. Os outros exaltavam o discurso da autonomia da arte. No período de 1930, esse torneio intelectual não ocorria apenas no Brasil, mas entre os brasileiros os termos foram bastante reveladores das sequelas autoritárias que a revolução de 1930 ia deixando no plano das ideias.

No caso nordestino, por exemplo, as expressões dividiam-se entre os que exerciam um estilo e um tratamento conservador dos temas, como Gilberto Freyre e José Lins do Rego, e os de ordem intimista ou francamente revolucionário, como Raquel de Queiroz e Graciliano Ramos, “[...] quando o realismo pai-

sagístico dá lugar, diríamos, a um ‘paisagismo’ histórico.” (ALBUQUERQUE, 1999, p. 152). De fato, Candido (2000, p. 115) pondera que se “[...] fosse possível estabelecer uma lei de evolução da nossa vida espiritual, poderíamos talvez dizer que toda ela se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo.” A explicação de Fausto (1994, p. 261) para a especificidade da situação brasileira ajuda a que se veja sob um prisma semelhante os eventos políticos e os estéticos:

Oligarquia é uma palavra grega que significa governo de poucas pessoas, pertencentes a uma classe ou uma família. De fato, embora a aparência do país fosse liberal, na prática o poder foi controlado por um reduzido grupo de políticos em cada Estado. A República concretizou a autonomia estadual, dando plena expressão aos interesses de cada região. Isso se refletiu no plano da política através da formação de partidos republicanos restritos a cada Estado. As tentativas de organizar partidos nacionais foram transitórias ou fracassaram. Controlados por uma elite reduzida, os partidos republicanos decidiram os destinos da política nacional [...]

O nacionalismo tende a ser descrito como algo relacionado com o espírito comunitário, que pode ser associado a um campo de possibilidades semânticas. Nos termos em que se desenvolveu essa noção recentemente, Wallerstein (2003) se destaca ao distinguir entre um nacionalismo cultural e outro constitucional, e Polar (2000) fornece bons exemplos ao recordar que antes das nações ou dos estados nacionais, havia já entre os incas e quéchuas um espírito nacional. Candido (2000), crê que no Brasil as regiões mantêm as suas idiossincrasias a ponto de que poderiam se constituir uma nação à parte, longe de uma balcanização, em que os elementos religiosos e étnicos são cruciais, talvez mais próximas aos casos ibéricos, em que a união federal foi orientada por questões de interesses econômicos, etc. O que se chama de nacionalismo existe, portanto, antes do surgimento da noção, e está mais ancorado em fenômenos locais e provisórios, do que em sólidos valores gerais. O nacionalismo é uma noção ainda mais vaga e para ser atualizada em uma experiência convoca, antes de qualquer coisa, uma iconografia folclórica em um contexto que se revela a identidade cultural, o surgimento e as potencializações do localismo e da proximidade, legitimados por representações simbólicas e midiáticas.

4 A IDENTIDADE CULTURAL, O LOCALISMO E A PROXIMIDADE NO CAMPO MUDIÁTICO

A identificação individual e coletiva pela cultura tem como corolário a produção de uma alteridade em relação aos grupos cuja cultura é diferente. Portanto, o indivíduo não é um ser sob influência, inteiramente comandado, de fora pela sociedade à qual ele pertence e de dentro por sua própria cultura incorporada. “Cada um age sobre si mesmo e sobre os outros, de acordo com os seus meios, grandes ou pequenos.” (WARNIER, 2000, p. 19). Essa ação comporta certa parte de liberdade e de racionalidade. É nesse ponto que a cultura e a identificação têm um papel importante, ao propor repertórios de ação e representação. Os repertórios dão sentido à sua ação. Eles legitimam o sujeito diante dos seus protagonistas.

Ao fornecer repertórios de ação e representação à escolha do indivíduo, a cultura, a tradição, os processos de identificação preenchem função de orientação, de relacionamento, mediação. A cultura tem a capacidade de orientar e estabelecer relações significativas entre os elementos do meio: pessoas, instituições, acontecimentos. É uma capacidade de acionar referências, esquemas de ação e de comunicação (WARNIER, 2000, p. 21). A identidade passa pelo local, como cita Canclini (1997, p. 80), e é preciso repensá-la, pois em tempos modernos, a identidade dá lugar a vários repertórios:

[...] la identidad en tiempos de globalización es represada como una identidad multicultural que se nutre de varios repertorios, que puede ser multilingue, nómade, transitar, desplazarse reproducirse como identidad en lugares lejanos del territorio donde nació esa cultura o esa forma identitaria.

Nesse sentido, a identidade local procura pensar os lugares, os territórios de onde nasce cada cultura, e a partir daí, manifesta-se. Canclini (1997, p. 33) explica que: “[...] toda sociedad tiene cultura, por lo tanto no hay razones para discriminar o descalificar a las otras.” A maneira como Canclini (1997, p. 38) reforça esse raciocínio é que “[...] la cultura es una instancia simbólica donde cada grupo organiza su identidad es decir muy poco las actuales condiciones de comunicación globalizada.” Quer dizer, há de se analisar a complexidade que assumem

as formas de interação, de discriminação, de hostilidade com os outros nestas situações de confronto permanente. Portanto, é preciso levar em conta dois pontos: “[...] *las industrias culturales y el de las ciudades.*” (CANCLINI, 1997, p. 38). Então, isso leva o indivíduo a viver hoje a multiculturalidade, ou seja, toda a problemática sobre cultura e comunicação deve ser investigada a partir da problemática multicultural. É por esse tipo de processo social que é possível pensar e repensar a cultura de maneira surpreendente, inclusive, já observando o âmbito da modernidade.

A segunda questão levantada por Canclini é que a cultura é vista como instância simbólica de produção e reprodução da sociedade. A cultura não é um suplemento decorativo, algo para as atividades de ócio ou para a recreação espiritual de todos os trabalhadores cansados; a cultura é algo constitutivo, presente também dentro do trabalho, das interações cotidianas, à medida que todos esses lugares se configuram como estímulos aos processos de significação. Isso leva a algumas consequências importantes: “[...] *rebaten las distinciones brutales entre cultura y sociedad, o entre lo material y lo simbólico.*” (CANCLINI, 1997, p. 40).

Qualquer prática social é um trabalho e o consumo está indicando um nível de significação que fornece sentido a essa prática, que constitui a interação na sociedade. Então, quando se diz que a cultura é parte de todas as práticas sociais, porém não é equivalente à sua totalidade, está-se dizendo e distinguindo cultura e sociedade. Nesse processo, a cultura aparece como parte de qualquer produção social, e parte também de uma reprodução. Isso se encontra muito bem na teoria ideológica de Althusser (1968), quando aponta que a sociedade se reproduz por meio de ideologia. Todavia, parece melhor à reflexão do trabalho o pressuposto de Bourdieu (1994), quando estabelece a cultura como “[...] espaço de reprodução social e organização das diferenças.” Uma terceira linha é “[...] *la cultura como una instancia de conformación del consenso y la hegemonía, o sea de conformación de la cultura política, y también de la legitimidad. La cultura es la escena en que adquieren sentido los cambios, la administración del poder y la lucha contra el poder.*” (CANCLINI, 1997, p. 40).

A quarta, “*la cultura como dramatización eufemizada de los conflictos sociales*”, ou seja, a partir desse raciocínio que passa pelas chamadas sociedades primitivas, que muito ocorre na vida social, para que não seja uma luta à morte; para que não suceda uma simples guerra, é preciso que seja uma “[...] *eufemización*

de los conflictos sociales, una manera de dramatizar lo que nos está pasando. Por eso tenemos teatro, artes plásticas, cine, canciones, etc.” Esta vertente da cultura como “dramatização eufemizada” dos conflitos sociais, com o teatro, como representação, foi muito trabalhado por Brecht, Walter Benjamin e outros. Também está relacionada com a linha anterior, com a conformação do consenso e hegemonia, porque está-se falando de lutas pelo poder, de lutas dissimuladas, encobertas que têm a construção do poder na sociedade.

Portanto, as vertentes de Canclini (1997) não estão desconexas. Por intermédio de qualquer uma delas pode-se entender sobre a cultura e, conseqüentemente, a identidade: “[...] *la cultura como instancia donde cada grupo organiza su identidad*” (CANCLINI, 1997, p. 40), ou seja, o exemplo de bens culturais no âmbito local e que organiza sua identidade regional; e cultura como “[...] *una instancia simbólica de la producción y reproducción de la sociedad.*” (1997, p. 40). A partir dessas premissas que envolvem identidade cultural passa-se a compreender o conceito de localismo e proximidade, relacionados diretamente com a construção e significações do campo midiático.

No começo da segunda década do século XX inicia-se o processo de uma economia baseada em produção de bens industriais e outra estruturada, fundamentalmente, em torno do tratamento da informação. A partir desse tratamento, os indicadores americanos e muitos europeus apontaram em busca de redutos localizados. É um princípio de gestão, como afirma Mercadé (1997, p. 52) “[...] *que la decisión se tome lo más posible de donde se la demanda*”, ou seja, esse princípio aplicado à informação, coloca em primeiro lugar lógico e histórico, a aparição de uma mídia local, que cumpre assim, de imediato, o âmbito de convivência social.

Outro ponto que Mercadé (1997) identifica quando se trata do localismo, é o chamado princípio de “subsidiariedade”, isto é, que o superior não invade o âmbito de competência do inferior. Por exemplo, no caso da informação, um periódico nacional ou regional nunca satisfaz plenamente o direito, a saber, do leitor local; a que se refere a sua quotidianidade mais imediata. Portanto, não chega a uma extensão e profundidade tão detalhada e rigorosa. Nessa altura, o fenômeno do localismo que com o universal acaba se complementando é uma das tendências indispensáveis para o funcionamento geral das redes de informação, segundo o pesquisador galego García (1992, p. 32):

[...] una de las tendencias punta de la información sigue siendo la potenciación de lo local y de los medios locales como elementos indispensables para el funcionamiento general de las redes de información. Las nuevas tecnologías no rebatieron estas tesis, sino que ratificaron su validez. En el cambio de siglo, los contenidos informativos son globales y generales en la concepción y los esquemas, y locales en la aplicación y la captación.

López García (1992) define essa característica local a partir de uma tradição cujo papel é a conservação de uma identidade. E, apesar da tendência do local ser complementar ao global, não há um enfrentamento e sim tensões que buscam o equilíbrio entre as questões mais imediatas e as que se produzem arraigadamente à realidade da vida dos cidadãos de uma comunidade. Esta sociedade da informação compensa seu efeito de mundialização com o fenômeno de descentralização e fragmentação das audiências que possui o local. A conseguinte desmassificação dos meios de comunicação e a revalorização do direito à diferença propiciam a potência dos meios locais, contraponto, e inclusive, o declínio dos nacionais.

Essa característica local é consequência do processo de introdução das novas tecnologias de informação, que propendem a individualizar a comunicação. Por fim, cresce o interesse pela notícia local, em um marco de informação personalizada. Como aponta Urrutia (1988, p. 25):

[...] en una sociedad caracterizada por el anonimato y por la dimensión mundial de los acontecimientos, está emergiendo una corriente revitalizadora de lo particular, lo privado, lo local. [...] se inscribe en la búsqueda de la identidad personal del individuo. Desde el punto de vista comunitario y comunicacional, el interés por la identidad se centra en la ocupación de los espacios locales, los ámbitos más cercanos de las relaciones sociales.

A significação desse fenômeno, em que se pode qualificar como “localismo”, acentua-se, ainda mais, com as orientações das novas tecnologias em uma perspectiva positiva, no sentido de criação e difusão de grupos ou redes de comunicação. É graças à tecnologia que se pode pensar nos avanços de empresas de mídia por todo o Brasil. Por fim, a cultura local e o conceito do localismo estão em contato com o nacional e o mundial, mesmo recusando, por vezes, as tendências globalizadas.

O conceito de proximidade está longe de ser “apanágio dos *media* local-regionais.” Na realidade, trata-se de uma questão transversal no esforço de comunicar conteúdos considerados pertinentes aos seus leitores e telespectadores, particularmente, na definição de estratégias empresariais, com objetivo de conseguir a fidelização dos públicos. *Grosso modo*, veem-se as estratégias utilizadas tanto nos *media* regionais e locais quanto nos de maior expansão, de âmbito nacional, por exemplo, no mercado de proximidade, à medida que a concorrência entre os grandes títulos e redes nacionais se acentua, surge como alternativa, em um contexto midiático cada vez mais exigente no sentido financeiro, e onde só os grandes parecem ter lugar. A imprensa, o rádio, a televisão local, além de fornecer informação próxima, credível, podem e devem funcionar como referência de mudança na sociedade. Como se vê, novamente, o papel estratégico da proximidade dos *media* locais e regionais em face ao seu público volta a ser evidenciado.

O valor da proximidade local e ideológica dos acontecimentos pode se inferir em diferentes critérios. A proximidade ideológica resulta, em linhas gerais, em uma consonância. A proximidade local inclui a pressuposição de conhecimentos adquiridos, bem como o da relevância: sabe-se mais sobre a própria aldeia, cidade, país, continente, em parte a experiência direta e pelas comunicações informais das experiências de outros que se conhece. Por isso, os acontecimentos mais próximos são compreendidos. E acrescenta: “[...] uma notícia com repercussão é aquela que gera informações e comentários ao longo de vários dias nos diários e nos restantes meios de comunicação.” (CAMPONEZ, 2002, p. 117). A descoberta do conceito de proximidade assumiu uma importância maior, nos últimos anos, constituindo-se como estratégia para recuperar o público, que normalmente, está alheado dos grandes meios de comunicação de massa.

5 CONCLUSÃO

A formação da cultura nacional tem ênfase na produção simbólica e circulação dos produtos midiáticos, geradores de discursos que se legitimaram desde o século XIX e estão até hoje na dinâmica da vida cotidiana, da agenda e das transformações de uma brasilidade idiossincrática e plural. Aqui se destacam os discursos sobre a ascensão das expressões culturais do Nordeste como modelos de nacionali-

dade, isto é, um marco expressivo baseado na proximidade, de vez que esse mesmo marco era definido no Sudeste do Brasil, notadamente em São Paulo. Busca-se mapear as primeiras iniciativas do estado brasileiro em uma configuração federalista a apontar a constituição da cultura, pois o Brasil apresenta diferentes mecanismos de produção e reprodução vindos de uma historicidade tradicional que caracteriza o nacional. No século XX, as forças econômicas da indústria cultural em várias ocasiões tomaram o controle dessa tarefa e se tornaram um ator importante na representação das culturas nacionais ou, em todo caso, de sua versão globalizada.

Local expressions of national significance: education media and region in Brazil

Abstract

This article is based on issues of Latin America Modernity. Its central idea is related to the construction of regional cultural motifs throughout national imagination and vice-versa, phenomena emerged in parallel with industrialization processes in Brazil. Taking historical problems such as the clash between federal and regional forces, and economic hegemony cycles, we argue that stronger cultural legacy, already outlined by Humanities, Media Studies and Social Sciences, is mainly related to culture industry and its transnational character, which could adapt regional stimulus to broader audiences, setting up a general cognitive framework. In order to reach the goal, we use concepts such as cultural identity, location, proximity, regionalization, nationalization, spatialization, and territorialization. This article is a result of qualitative research and deductive methods, with dialectic and observational techniques.

Keywords: Communication and Social Sciences. Local. Spatialization. Cultural Identity. Proximity.

Nota explicativa

¹ O Quilombo de Palmares foi um povoado criado a partir de uma sublevação de escravos de Pernambuco que fugiram para o Sul da capitania no século XVII, no que hoje é o estado de Alagoas. A Guerra dos Mascates ocorreu no século XVIII em Recife e Olinda. A Revolta de Beckman ocorreu no Maranhão no século XVII. Dos três levantes ocorridos à época

da Independência, Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração dos Alfaiates (1798) e a Revolução de 1817, os dois últimos foram no Nordeste, Bahia e Pernambuco, respectivamente. Houve, ainda, a Confederação do Equador (1824), com Pernambuco na liderança de insurgentes no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba; a Cabanada (1832), também em Pernambuco e Alagoas; a Revolta dos Malês (1835), na Bahia, e no mesmo lugar, a Sabinagem (1837).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. **A invenção do nordeste**. Recife, São Paulo: Fundação Joaquim Nabuco; Cortez, 1999.

ALTHUSSER, Louis. Ideología y aparatos ideológicos del Estado (notas para una investigación). In: **La filosofía como arma de la revolución**. México: Pasado y Presente, 1968.

BATALLA, Guillermo Bonfil. **Pensar nuestra cultura**. México: Alianza Editorial, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Les règles de l'art**. Genèse et structure du champ littéraire. Paris: Seuil, 1992.

_____. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a região. In: **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1994.

CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970 e 1970-1995. Ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

CAMPONEZ, Carlos. **Jornalismo de proximidade**: rituais de comunicação na imprensa regional. Coimbra: Minerva, 2002. p. 289.

CANCLINI, Nestor García. **Cultura y comunicación: entre lo global y lo local**. La Plata: EPC, 1997.

CÂNDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CASTAÑEDA, Carlos. **La utopia desarmada**. Intrigas, dilemas y promesas de la izquierda en América Latina. México: Joaquín Mortiz, 1993.

COSTA, Emília Vioti. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

FRANCO, Jean. **The Modern Culture of Latin American Society and the Artist**. Grã-Bretanha: Pelican Books/Chaucer Press, 1970.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere – introdução ao estudo da filosofia – a filosofia de Benedetto Croce**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.

_____. La formación de los intelectuales. In: **Los intelectuales y la organización de la cultura**. México: Juan Pablos, 1975.

HISTORIA de las universidades de América Latina. México: Unión de universidades de América Latina, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **The Invention of Tradition**. Cambridge: University of Cambridge, 1992.

LÓPEZ GARCÍA, Xosé. **A prensa local e comarcal en Galicia**. Santiago de Compostela, 1992.

MACIÁ MERCADÉ, Juan. La fuerza del periodismo local en la era de la globalización electrónica. In: RAMOS FERNÁNDEZ, Fernando. **Estudios de periodística V**, Número Especial dedicado al Periodismo Local. Pontevedra: Facultad de Ciencias Sociales, Universidade de Vigo, p. 45-67, 1997.

MAUSS, Marcel. **The Gift: Forms and Functions of Exchange in Archaic Societies**. Glencoe: III, Free Press, 1954.

MELLO, Evaldo Cabral. **O norte agrário e o Império, 1871-1889**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIGRANTE. Memorial do Imigrante. São Paulo. Disponível em: <www.memorialdoimigrante.org.br> e <www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/gente-paulista_migrantes>. Acesso em: 20 jan. 2009.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. Pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: 34, 2008.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

POLAR, Antonio Cornejo. **O condor voa**. Literatura e cultura latino-americanas. Tradução Ilka Valle Carvalho. Belo Horizonte: Ed. UMG, 2000.

RAMA, Ángel. **La ciudad letrada**. Honover: Ediciones del Norte, 1984.

URRUTIA, Victor. Prensa y sociedad. In: **La prensa ante el cambio de siglo**. Bilbao: Deusto, 1988.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como o concebemos**. Ciência social para o século XXI. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. **O Universalismo europeu**. A retórica do poder. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. Bauru: Edusc, 2000.

Recebido em 12 de março de 2009

Aceito em 29 de maio de 2009